

“USO DE TECNOLOGÍAS SOCIAIS PARA REDUÇÃO DO DESMATAMENTO”



O PROJETO:

O projeto “Uso de tecnologias sociais para redução do desmatamento” é uma conquista do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que será implementada pela Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (ADAI), com recursos do Fundo Amazônia.

É fruto de anos de luta dos atingidos por barragens e será realizado nos próximos três anos em regiões onde os atingidos convivem com violações de direitos na construção dessas obras, contribuindo para o aumento da qualidade de vida dessas famílias junto à preservação ambiental.

Com o projeto, a ADAI e o Movimento se propõem implementar 240 unidades de produção agroecológica integrada e sustentável (PAIS), contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda de forma ambientalmente sustentável de ribeirinhos e agricultores familiares atingidos por barragens, nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins. O projeto prevê a implementação de 240 PAIS, com sistemas de irrigação com uso da fonte de energia solar. Combinada à capacitação técnica para produção, o projeto tem como propósito a conscientização e educação ambiental do público beneficiário.



O cerne do projeto assenta-se na promoção da produção agroecológica de alimentos, visando a segurança alimentar das famílias e a diminuição da pressão sobre os recursos naturais. O PAIS é uma tecnologia social que envolve a agricultura orgânica, integrada com a criação de animais de pequeno porte, que utiliza insumos produzidos na própria propriedade, preservando e promovendo a qualidade do solo. Possibilita o cultivo de alimentos diversificados e mais saudáveis para consumo e comercialização, e reduz a dependência de insumos de fora, tendo, assim, ligação direta com a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras.



Além disto, o projeto prevê a implementação de 240 kits de irrigação com uso de placas solares para geração de energia fotovoltaica, que serão utilizadas para a irrigação das hortas. Além de garantir energia elétrica na produção de alimentos, busca garantir energia para muitas famílias que ainda não tem acesso a esse recurso ou até mesmo, diminuir os custos nas tarifas para quem utiliza energia advinda do sistema convencional. Esse sistema é pensado dentro de um princípio do Movimento, que está relacionado ao tema da transição energética, na perspectiva da construção do Projeto Energético Popular.



Além de garantir e viabilizar os primeiros passos organizativos e logísticos para a implementação do projeto, durante o mes de novembro começaram as visitas de seleção das famílias nas regiões., assim como encontros de difusão dos conteúdos do projeto. Essas visitas foram feitas com o objetivo de fazer o diagnóstico e saber quais atividades produtivas esses agricultores atingidos realizam, qual é sua base econômica além da atividade produtiva, e qual é a renda das famílias. Este é um trabalho de diagnóstico e ao mesmo tempo de conhecimento das famílias a serem contempladas, e uma etapa extremamente importante do projeto.







Aconteceu entre os dias 17 e 18 de outubro em São Paulo o primeiro encontro de planejamento, monitoramento e avaliação do projeto.

O encontro tratou do papel do Fundo Amazônia e a sua importância no financiamento de projetos em parceria com uma organização que atua junto às comunidades atingidas por barragens, buscando garantir melhores condições de vida às famílias, no acesso a alimentos saudáveis, na geração de renda e na implementação de projetos que visem a sustentabilidade ambiental.

No primeiro dia, a reunião contou com a presença de representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsáveis pelo acompanhamento do projeto.

O Banco é responsável pela gestão do Fundo, composto por recursos de origem principalmente do governo da Noruega, mas também da Alemanha e da Petrobrás.





Para execução e acompanhamento do projeto foi contratada uma equipe técnica formada por 6 coordenadores locais, 6 profissionais formados em ciências agrárias e em dezembro serão contratados 8 agentes de desenvolvimento local e Agroecologia. Esses irão atuar nas regiões onde o projeto está sendo implementado. Além disso, foi contratado um coordenador geral do projeto, um gerente financeiro e um comunicador popular que atuarão no escritório central e acompanharão a execução dos projetos nas regiões, totalizando 23 pessoas que vão implementar e garantir os objetivos do projeto.

Para mais informações visite nosso site:

www.adaibrasil.org.br